CONGRESSO

O dilema dos 16 ou 18 anos

A polêmica em torno da redução da maioridade penal pode ser definida este ano. Parlamentares intensificam as discussões

» DANANDRA ROCHA

JOsé Cruz/Arquivo Agência Brasil



Estudos não identificaram que a alteração de idade contribua para diminuição da reincidência entre jovens transferidos para a Justiça adulta

A possibilidade de reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos voltou a mobilizar o Congresso Nacional e divide especialistas sobre os efeitos que a medida poderá produzir na segurança pública brasileira. Enquanto defensores da mudança argumentam que adolescentes envolvidos em crimes graves precisam receber uma resposta penal proporcional à gravidade dos atos, críticos alertam para o risco de ampliar a população carcerária, favorecer o recrutamento de jovens por facções criminosas e dificultar a reinserção social. A discussão ocorre em meio à tramitação da PEC 32/2015, na Câmara dos Deputados, e de duas propostas que passaram a tramitar separadamente no Senado.

O debate não se limita à idade em que um adolescente poderá responder criminalmente como adulto. Também envolve a capacidade do Estado de oferecer condições para interromper trajetórias de violência. Atualmente, jovens a partir de 12 anos são responsabilizados por atos infracionais, com medidas de internação, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O limite máximo de internação é de três anos, com reavaliação judicial periódica. Para o sociólogo Rudá Ricci, presidente do Instituto Cultiva, a discussão precisa considerar os aspectos do desenvolvimento humano. Ele afirma que a adolescência é uma etapa importante para a formação moral e cognitiva, e critica a proposta. "O Brasil discute políticas públicas como se fosse jogo de futebol. Não há rigor algum."

Levantamento nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) de 2025, publicado em 2026 pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), mostra que, de 13.367 registros de atos infracionais relacionados a adolescentes em medidas de restrição e privação de liberdade, 14,5% correspondiam a crimes contra a vida e a dignidade sexual, como homicídio, estupro, latrocínio, feminicídio e tortura. Roubo representava 29,1% e tráfico de drogas, 27,9%. Somados, os dois últimos dados correspondem a 57% dos registros. Os números mostram que a população submetida à internação não é formada exclusivamente por adolescentes envolvidos em crimes violentos contra a vida, embora esses casos também estejam presentes. A distinção é relevante para avaliar o alcance de uma eventual mudança na legislação.

Reconstrução

Presidente do Instituto Liberta, Luciana Temer, reforça o coro contra a redução da maioridade penal. Para ela, encaminhar adolescentes ao sistema prisional adulto, pode comprometer as possibilidades de recuperação e de reconstrução dos vínculos sociais. A advogada ressalta que o sistema socioeducativo, apesar de suas deficiências, trabalha com uma população menor e tem uma proposta diferente da estrutura penitenciária. "Jogar esse universo de meninos de 16 anos no sistema prisional é realmente condená-los a uma situação quase de irrecuperabilidade", avalia. Temer pondera que a responsabilização já existe no Brasil e que a discussão deveria considerar o aprimoramento das medidas previstas no ECA, em vez de antecipar a aplicação das penas destinadas aos adultos.

A preocupação com o ambiente prisional é uma questão analisada por Deila Martins, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Ela afirma que a redução pode expor adolescentes a organizações criminosas que atuam dentro e fora das unidades prisionais.

Segundo dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais, o Brasil tinha 727.895 pessoas presas em celas físicas em 31 de dezembro de 2025, enquanto o déficit de vagas nas unidades estaduais chegava a 222.034. Para Martins, a transferência de adolescentes para esse sistema não garante melhores condições de responsabilização nem de reintegração.

"Separar adolescentes dos adultos, no sistema penal, muda o endereço do encarceramento, mas mantém os adolescentes sob a mesma lógica prisional", afirma Deila Martins. A presidente do Conanda também chama atenção para a violência que atinge essa faixa etária: em 2025, 1.839 adolescentes de 12 a 17 anos foram vítimas de mortes violentas intencionais no país, dos quais 425 morreram em intervenções policiais.

A possível ampliação do recrutamento de jovens por facções é outro ponto de preocupação. Roberto Uchôa, conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, avalia que a redução não enfraqueceria necessariamente as organizações criminosas. Para ele, grupos que utilizam adolescentes em atividades ilícitas poderiam simplesmente buscar jovens ainda mais novos para substituir aqueles que passassem a responder pela legislação penal adulta.

"Os presídios superlotados e dominados por facções funcionam como ambientes de recrutamento compulsório", afirma. Para o conselheiro, a medida pode produzir efeitos contrários aos pretendidos, ao fortalecer vínculos com o crime e elevar a reincidência.

A advogada Barbara Heliodora, especialista em direito das famílias e proteção à infância, considera que a redução pode estabelecer uma resposta mais proporcional em determinadas situações e desestimular a cooptação de adolescentes pelo crime organizado. Ela ressalta, porém, que a mudança não deve ser apresentada como solução isolada para a criminalidade.

"Quanto às medidas socioeducativas atuais, elas funcionam quando oferecem educação e suporte, mas falham quando precarizadas. Quando o ato infracional é gravíssimo e envolve violência, é legítimo discutir uma resposta estatal mais rigorosa do que a internação existente hoje", avaliou Heliodora.

Desafios

Para o advogado criminalista Victor Minervino Quintiere, professor de Direito Penal do Centro Universitário de Brasília (CEUB), há problemas concretos no modelo socioeducativo que precisam entrar na discussão. Ele cita o prazo máximo de 45 dias para a internação provisória, o limite de três anos para a medida de internação e as dificuldades estruturais das unidades. Também aponta o aliciamento de adolescentes por facções como um desafio crescente. Apesar das limitações, Quintiere não considera que a transferência para o sistema prisional adulto seja a resposta.

O advogado Antonio Gonçalves, pós-doutor e doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), avalia que a redução não resolveria as deficiências do sistema de responsabilização juvenil e poderia abrir conflitos no campo jurídico. "O atual sistema penitenciário brasileiro é o indicativo de que a ressocialização prisional não tem funcionado, afinal, 40% dos egressos reincidem e a maciça maioria dos detentos ao cumprirem a pena saem do sistema sem educação, formação profissional, dinheiro, moradia e acolhimento social, por isso o futuro dos adolescentes com eventual aprovação da redução da maioridade penal tende a ser preocupante.", afirmou.

A reincidência é um dos indicadores usados para questionar a eficácia da mudança. Dados de estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontam reentrada de 23,9% dos adolescentes no sistema socioeducativo. Entre adultos acompanhados em pesquisa distinta, o percentual de retorno à Justiça criminal chegou a pelo menos 42,5%. Os levantamentos utilizaram metodologias e critérios de acompanhamento diferentes, portanto não permitem uma comparação direta nem demonstram que o tipo de sistema seja a única causa da diferença.

Estudos internacionais vão na mesma minha: nove pesquisas dos Estados Unidos não identificaram redução estatisticamente significativa da reincidência entre jovens transferidos para a Justiça adulta.

» Discussão na Câmara e no Senado

A PEC da Redução da Maioridade Penal (PEC 32/2015) está em análise em uma comissão especial da Câmara. O relator deputado Mendonça Filho (PL-PE) pretende apresentar o parecer em 1º de dezembro, com expectativa de discussão e votação na comissão no início do mês. Ele defende a redução da maioridade para 16 anos. No Senado, o debate está em duas frentes. As PECs 19/2026, de autoria do senador Rogério Marinho (PL-RN), e 20/2026, apresentada pelo senador Camilo Santana (PT-CE), foram separadas da discussão da P Segurança Pública e passaram a tramitar conjuntamente. Uma prevê a redução para 16 anos como regra geral e para 14 em determinadas categorias de crimes, a outra limita a mudança aos crimes hediondos.

Bolsonaristas se empenham por Marinho

» DENISE ROTHENBURG

Ed Alves CB/DA Press



Senador do Rio Grande do Norte quer ser presidente do Senado

Derrotados nas eleições presidenciais, os bolsonaristas planejam transformar a eleição para a Presidência do Senado no caminho para empreender todos os projetos que esperavam ver capitaneados por Flávio Bolsonaro, se o Zero Um de Jair Bolsonaro tivesse saído vitorioso das urnas. Com a convicção de que "nem tudo está perdido" e graças à bancada de senadores eleita no primeiro turno, a ordem agora é levar o senador Rogério Marinho (PL-RN) ao comando da chamada "casa revisora", onde está a chave para a anistia dos condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023 e o impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal. Paralelamente a isso, consideram que, com Marinho no comando, será mais fácil jogar para escanteio as propostas, sejam do governo, sejam do PT, que queriam promover aumento de impostos ao empresariado. É por ali que teremos o chamado "terceiro turno", na avaliação de muitos simpáticos à candidatura do senador do PL à Presidência do Senado. E a chance de fazer valer o projeto de governo de quem perdeu a eleição ao Palácio do Planalto.

Os bolsonaristas saíram do plenário semana passada convictos de que, sem a ajuda do atual presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), o governo não teria cantado vitória na noite da última quinta-feira, quando os senadores aprovaram o texto base do ajuste fiscal por 41 votos a 38. Esse placar apertado não teria ocorrido se Alcolumbre não tivesse ligado uma espécie de rolo compressor, com negativas a todos os pontos regimentais levantados pelo senador Magno Malta (PL-ES) para adiar a votação. Com um presidente afinado com a oposição, o projeto não teria ido a votos.

Centro

Para chegar a esse objetivo, o primeiro passo que o PL pretende dar e quebrar a unidade dos partidos de centro. Na Câmara, não houve tempo, para o PL avançar nessa empreitada, uma vez que essas legendas já estão fechadas com a reeleição do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB). Mas, no Senado, essa operação está em curso. Há alguns dias, por exemplo, o senador Styvenson (Podemos-RN) declarou apoio a Rogério Marinho.

Na bancada feminina, apontada como um grupo que caminhará majoritariamente com a senadora Tereza Cristina (PP-MS), Marinho recebeu o apoio da senadora eleita Mara Rocha (Republicanos-AC) e de Rayssa Furlan (Podemos-AP). Em São Paulo, o senador eleito Guilherme Derrite, do PP, também apoiará Rogério Marinho. No MDB, o senador eleito do Tocantins Alexandre Guimaraes comunicou, via redes sociais, que não votará em Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Se Rogério Marinho avançou no centro, Tereza Cristina conseguiu alguns voto no PL, por exemplo, a senadora eleita Michelle Bolsonaro (PL-DF), que tende a apoiar a líder do PP para a Presidência do Senado. Tereza é quem mai enfrenta dificuldades para chegar ao um segundo turno, até porque seu partido rachou, dado o de Guilherme Derrite a Rogerio Marinho e do comando do partido a Davi Alcolumbre. Porém, no caso do presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), o apoio não tem muito efeito, uma vez que não se reelegeu pelo Piauí. Há, ainda, um movimento para que ele seja substituído no comando do Progressistas pelo ex-deputado Alexandre Baldy (PP-GO), suplente da senadora eleita Gracinha Caiado (União Brasil-GO). O apoio de Ciro Nogueira a Alcolumbre, dadas as citações do senador piauiense no caso Daniel Vorcaro, mais atrapalha do que ajuda o projeto para a presidência do Senado.

Campanha

A dois meses e meio do pleito e como a votação para escolha do futuro presidente da Casa é secreta, ninguém tem segurança dos votos que já cabalou e ainda há muitos movimentos por vir. Alcolumbre espera contar com a ajuda do governo e do centro. Ele sabe que não terá os 73 votos obtidos em 2025, mas acredita que, se tiver o apoio do governo e do centro, a reeleição estará garantida. Quanto a Rogério Marinho, ele terá que quebrar o centro para chegar lá. Porém, o fato de Marinho personificar a vontade dos bolsonaristas de empreender um projeto mais radical e de maior tensão política, que ajudou a angariar votos num primeiro momento, pode se tornar um problema. Entre os senadores de centro, ninguém quer ficar refém de uma pauta ditada pelos filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro, nem tampouco da extrema direita. A vontade do centro é buscar o equilíbrio, daí a simpatia de muitos pela candidatura de Tereza Cristina ou do Alcolumbre.

A senadora sabe da possibilidade de atrair votos pelo equilíbrio e, não por acaso, começou sua pré-campanha com um artigo publicado no jornal *O Estado de S.Paulo*, que soa como música para ouvidos de um eleitorado disposto a ver os ministros do STF responderem sobre seus atos, o conselho de ética do Senado funcionando e a pauta da responsabilidade fiscal e social pedindo passagem. Aliás, Marinho tem tentado deixar de lado uma postura radical, ao dizer que fará caminhar processo de impeachment de ministros do STF, se houver embasamento legal. A leitura é de que ele só seguirá nessa direção caso haja investigação formal concluída, que justifique abertura de processo de impeachment.

Enquanto a eleição não chega e os processos contra ministros do STF engatinham, o jogo segue. No caso de Marinho, esta semana será mais uma oportunidade de pontuar o governo Lula como afeito a aumentos de impostos. Um dos principais coordenadores de sua campanha, o senador Efraim Filho (PL-PB), é um dos que alerta para o projeto que o Senado aprovou na semana passada, mas ainda faltam algumas votações para enviar a proposta à Câmara. "Até aqui, o governo só aumentou imposto e não cortou gastos", avalia.

A ordem entre os aliados de Marinho é denunciar o projeto de ajuste fiscal e as propostas apresentadas ao PT na semana passada como pontos que indicam a vontade do governo de não controlar as contas. O PT apresentou na semana passada uma proposta de aumento de imposto sobre juro de capital próprio, das grandes fortunas, e tributação sobre aplicações financeiras que foram criadas para ajudar o agro e o setor da construção civil e hoje são isentas de impostos. A aposta do PL é a de que esses projetos não passam. Mas que haverá barulho e terá influência na campanha para presidente do Senado.